

Revista Brasileira de Marketing

E-ISSN: 2177-5184

admin@revistabrasileiramarketing.org

Universidade Nove de Julho

Brasil

Domingues Junior, Paulo Lourenço

Trabalho e políticas públicas

Revista Brasileira de Marketing, vol. 7, núm. 1, 2008, pp. 67-73

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471747517008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Trabalho e políticas públicas

Paulo Lourenço Domingues Junior

Graduado em Administração pela PUC-Santos e em Ciências Sociais pela USP,

Mestre em Administração pela PUC-SP e Doutor em Sociologia pela USP;

Docente do Depto de Administração – UFRRJ.

Juiz de Fora – MG [Brasil]

pldominguesjr@uol.com.br



Neste artigo, evidencia-se a importância da intervenção social, por meio da formulação de políticas públicas, para solucionar a crise da sociedade do trabalho. Nesse contexto, indicamos algumas alternativas para resolver os problemas do mercado de trabalho. Tomamos, como exemplo empírico, a cidade de São Paulo que elaborou, no período de 2001 a 2004, um dos maiores programas sociais de todo o País por meio de parcerias.

Palavras-chave: Cidadania. Desigualdades sociais. Políticas públicas. Trabalho.

1 Introdução

Verifica-se, atualmente, um agravamento da chamada exclusão social pelo crescimento assustador do desemprego e do subemprego nos diversos países. No caso do Brasil, as novas transformações na esfera do trabalho assumem feições ainda mais dramáticas, pois é necessário lidar com a pobreza e o trabalho precário, problemas que se vêm arrastando de longa data (POCHMANN, 1999). Historicamente, diversas políticas públicas foram desenvolvidas como forma de proteção aos trabalhadores, tais como previdência, assistência social, qualificação, distribuição de renda e reinserção no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos, elas começaram a ser implantadas com o intuito de atender aos interesses dos trabalhadores. No Brasil, porém, as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho sempre foram fragmentárias e descontínuas (OLIVEIRA, 1998). Em São Paulo, na gestão concretizada no período de 2001-2004, foram implementadas políticas sociais universais e integradas, de forma que se compusesse um autêntico sistema público de emprego. Houve a combinação de políticas de distribuição de renda com políticas voltadas para a (re) inserção individual e coletiva no mercado trabalhista, bem como a preocupação com a geração de novos postos de trabalho.

Dividimos este artigo em tópicos; analisamos, no primeiro, a chamada crise da sociedade do trabalho e, no segundo, as políticas sociais voltadas para o mercado trabalhista, especialmente aquelas concretizadas no Município de São Paulo.

1.1 A crise da sociedade do trabalho

A sociedade do trabalho está em crise, pois falta seu elemento mais importante: o trabalho. Em um mundo em que há cada vez mais integração das nações, das comunicações e principalmente dos mercados, ou seja, a chamada "globalização", problemas comuns começam a aparecer, entre os quais, a questão do desemprego e da pauperização de grande parte da população. Mesmo nos chamados países centrais do capitalismo, parece haver convívio de duas realidades totalmente distintas, uma delas marcada pelas ilhas de progresso dos países desenvolvidos "NORTE", e outra, pelo "atraso" dos países em desenvolvimento "SUL" (desemprego, miséria etc.). Essa situação se veri-

fica, com a diferença de ser ainda mais grave, nos países da periferia do sistema, como o Brasil. (OLIVEIRA, 1972; MARTINS, 1997).

Se o capitalismo, desde seus primórdios, foi excludente, a "nova" exclusão se inicia quando começam a existir populações excedentes, que possuem uma forma precária e instável de inserção no mercado de trabalho¹. Dessa forma, o trabalho é algo cada vez mais raro hoje, e os diagnósticos para a "crise" da sociedade do trabalho e seus desdobramentos variam de acordo com diferentes posturas teóricas e metodológicas. Para alguns analistas, na nova fase de acumulação flexível, apesar de existir ainda uma relação de dependência (de interação) entre trabalho vivo – constituído pelo trabalhador – e trabalho morto – formado pelas máquinas e equipamentos – estabelecida por Marx, haveria o aumento cada vez maior do último em detrimento do primeiro, em razão da importância crescente da tecnologia no processo produtivo. Contudo, haveria ainda a necessidade do trabalho vivo e, consequentemente, de uma centralidade do trabalho (ANTUNES, 1999). Para outros, o processo de valorização do capital não dependeria mais do trabalho vivo. Em razão disso, o trabalho morto se tornaria independente do primeiro e, dessa forma, o trabalho perderia sua centralidade, tornando o trabalhador descartável (OLIVEIRA, 2003). Para Castel (2000b), há uma crise de regulação trabalhista, ou seja, diminuíram os trabalhadores do lado formal e aumentaram o número de precários, além da existência dos "sobrantes". Para outros analistas, a crise do mercado de trabalho é decorrente das más escolhas da política econômica, do baixo crescimento econômico, dos avanços tecnológicos (POCHMANN, 2001). Claus Offe (1994) também chama atenção para a perda da centralidade da categoria trabalho e analisa as repercussões desse fato no mundo dos atores sociais. Para ele, o trabalho já não seria uma esfera de valor privilegiada e central na formação das identidades. Em decorrência desse debate, as possíveis "soluções" para a crise da sociedade do trabalho e para a massa de "excluídos" variam. Para Castel (2000b), o trabalho ainda é a principal forma de integração social e de cidadania, pois ao trabalho (assalariado) foi conectada uma série de direitos. Gorz (1997) analisa de forma positiva a possibilidade do "fim" desse modelo, uma vez que o trabalho moderno contém um agir instrumental muito forte. Para ele, haveria a possibilidade de usar melhor o tempo livre; por isso,

propõe diversos trabalhos alternativos, comunitários ou mesmo a distribuição de renda como alternativa de inclusão social.

Dessa forma, diversas propostas para conter o desemprego e o subemprego têm sido consideradas. Existem aqueles que acreditam que seja possível maior inclusão social por meio do trabalho; por isso, defendem diferentes possibilidades de realização de políticas públicas no combate ao fenômeno do desemprego e à nova "exclusão", tais como proposição de medidas voltadas para o crescimento econômico e para o fortalecimento da infra-estrutura como forma de geração de novos empregos, redução de jornada de trabalho, políticas de qualificação profissional etc. (POCHMANN, 2001). Outros reafirmam a importância das políticas de distribuição de renda como forma de responder à crise social (SPOSATI, 1997). Alguns defendem a universalização da renda como forma de inclusão social, ou seja, de distribuição de uma renda mensal (a chamada renda de cidadania) para todos os cidadãos que constituem um país. (PARIJS, 1994).

1.2 (Breve) histórico das políticas públicas relacionadas ao trabalho

As políticas de emprego, de acordo com a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constituem uma intervenção do Estado necessária para assegurar igualdade de oportunidades, seja para regular o processo de ajustamento entre oferta e procura no mercado de trabalho, seja para melhorar a integração de grupos menos favorecidos. Tais políticas variam, podendo incluir desde concessão de empregos públicos ou semipúblicos, implantação de agências de empregos, até o subsídio ao auto-emprego, entre outras. Na década de 1970, houve a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que intermediava mão-de-obra, isto é, orientava os trabalhadores a buscar uma inserção produtiva no mercado de trabalho. Possuía uma montagem institucional complexa que envolvia os governos federal e estadual, mas caracterizou-se por uma descontinuidade administrativa e de recursos, o que colaborou para uma baixa eficácia no seu funcionamento. Nesse período, fortaleceu-se também o sistema previdenciário (VALLE, 1998). Após os anos 1970, nos países desenvolvidos e nos periféricos, com algum atraso, diversas políticas públicas direcionadas para o mercado de tra-

lho foram desenvolvidas, ou seja, as chamadas *employment services*, voltadas para o pagamento de benefícios de assistência ao desempregado e vinculadas à promoção de sua inserção produtiva, como o oferecimento de cursos de educação profissional e o estímulo ao auto-emprego, por meio de programas para apoiar micro e pequenas empresas (VALLE, 1998). Dessa forma, o sistema público de emprego era formado por um conjunto de atividades articuladas para auxiliar o desempregado, tais como a intermediação de mão-de-obra, a formação profissional e a assistência financeira. No Brasil, foram desenvolvidas, ao longo de várias décadas, diferentes políticas de alocação de mão-de-obra, a educação profissional e a geração de emprego e renda. Na década de 1980, foi instituído o seguro-desemprego, mas havia pouca eficiência no seu funcionamento (POCHMANN, 1999). Nos anos de 1990, houve importantes mudanças no sistema público de emprego, decorrentes da regulamentação de diferentes dispositivos inseridos na Constituição de 1988. Em 1990, ocorre a implementação, em âmbito federal, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que passa a destinar 60% dos seus recursos para o Programa de Seguro-Desemprego, que deveria integrar o seguro-desemprego, a qualificação profissional e a intermediação de emprego. Assim, há um aumento da quantidade de pessoas atendidas por esses programas, além da melhoria de eficiência, e passa-se a realizar políticas de geração de emprego e renda, visando estimular a oferta de trabalho nas micro e pequenas empresas e no setor informal (POCHMANN, 1999; VALLE, 1998). Portanto, nos anos 1990, é estabelecida, em âmbito federal, estadual e municipal, uma série de políticas públicas de geração de emprego e renda, tais como microcrédito, apoio ao cooperativismo e estímulo ao auto-emprego (OLIVEIRA, 1998).

1.2.1 As políticas sociais desenvolvidas na cidade de São Paulo

Com o surgimento de diferentes políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, oriundas da década de 1990, a Prefeitura do Município de São Paulo começou a desenvolver, em 2001, uma série de políticas sociais integradas, voltadas à distribuição de renda, ao desemprego e à qualificação do trabalhador e que promoviam a sua volta ao mercado de trabalho. Os primeiros programas implantados foram os chamados programas "redistributivos" – Renda Familiar Mínima, Bolsa Trabalho, Operação Trabalho e Começar de

Novo. O Renda Familiar Mínima era uma complementação de renda estendida às famílias carentes para que superassem a linha de pobreza e exigia, como contrapartida, que os dependentes de 0 a 15 anos estivessem matriculados em escolas. O Bolsa Trabalho era voltado para jovens desempregados, com baixa renda familiar, na faixa etária de 16 a 20 anos, e procurava garantir, temporariamente, uma renda por meio de atividades comunitárias e ocupacionais. Esse programa dava acesso a cursos pré-vestibulares gratuitos (Bolsa Trabalho Cursinho) e disponibilizava bolsas em universidades privadas. Outro desdobramento – o Bolsa Trabalho Estágio – oferecia estágios em empresas públicas ou estatais. Já o Bolsa Trabalho Emprego possibilitava a experiência de formação com contrato de trabalho. Para os dois programas seguintes (Operação Trabalho e Começar de Novo), era fornecida uma renda temporária, combinada com a educação para o trabalho assalariado e autônomo, o empreendedorismo e as atividades comunitárias. O Operação Trabalho destinava-se a desempregados de longa duração, com baixa renda familiar, na faixa etária de 21 a 39 anos; o Começar de Novo, a desempregados, com baixa renda familiar, com 40 anos ou mais, e incluía o programa Começar de Novo Renda, que possibilitava a capacitação para pequenos negócios, e o Começar de Novo Emprego, implantado em 2003, com a finalidade de realizar a intermediação e a colocação desses trabalhadores no mercado de trabalho (por meio de convênio com o São Paulo Inclui), desde que tivessem concluído o ensino fundamental. Garantia também a formação (treinamento), no local de trabalho, das pessoas recém-contratadas (POCHMANN, 2003).

De uma segunda etapa constituída de programas “emancipatórios”, participavam todos aqueles que passavam pelos “redistributivos”. As famílias beneficiadas pelo Renda Familiar Mínima, recebiam conhecimentos básicos, tais como alfabetização, economia doméstica e orçamentária, saúde e higiene. Os participantes dos demais programas “redistributivos” podiam escolher um módulo básico de dois meses de formação cidadã (ética, cidadania e cultura política e econômica) e o Programa Oportunidade Solidária, que visava à capacitação para trabalho assalariado, cooperativo, autônomo e para atividades comunitárias. Esses participantes também podiam inscrever-se no Programa Capacitação Ocupacional, cujo objetivo era preparar pessoas para o trabalho assalariado, autônomo e para a função de agentes comunitá-

rios. Havia o Programa Central de Crédito Popular – São Paulo Confia –, que possibilitava a aquisição de microcréditos, ou seja, créditos subsidiados para desenvolver pequenos negócios. Por fim, havia o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local, subdividido em dois: o Desenvolvimento Local, que visava à conexão de cadeias econômicas e arranjos produtivos, e o São Paulo Inclui, que objetivava a alocação de trabalho e a intermediação de negócios (POCHMANN, 2004a). Introduzidos prioritariamente nos distritos com maiores índices de exclusão social em 2001, os programas alcançaram todos os 96 distritos do Município de São Paulo, em 2004. Os programas foram implantados, primeiro, na periferia e, depois, no centro da cidade, em anos distintos, com base em indicadores de pobreza, desigualdade, escolaridade, desemprego e violência que identificavam as áreas de maior vulnerabilidade social. Os programas sociais no seu conjunto atenderam a 492.212 famílias, entre julho de 2001 (início do programa) e setembro de 2004, representando cerca de 2 milhões de pessoas que foram, direta ou indiretamente, atendidas pelo conjunto dos programas sociais. O total de ações de inclusão social chegou a 1.124.198, uma vez que os participantes dos programas sociais puderam inscrever-se em mais de um curso, dada a integração existente entre eles. Tratou-se do maior conjunto de programas sociais realizado no período, em toda a América Latina (POCHMANN, 2004b).

No pagamento de benefícios monetários foram gastos 708 milhões de reais. Somando-se os gastos concretizados em conjunto com o governo estadual e federal, foi investido quase 1 bilhão de reais em programas sociais no Município de São Paulo, alcançando cerca de 83,6% das famílias pobres da região. Assim, oito em cada dez paulistanos abaixo da linha da pobreza foram beneficiados (POCHMANN, 2004b).

O impacto do conjunto de programas sociais sob o mercado de trabalho paulistano pode ser medido por meio do efeito “inatividade”, ou seja, a maior renda das famílias implicou menor pressão da mão-de-obra secundária no mercado de trabalho (crianças, jovens, idosos etc.). Da mesma forma, o efeito “rendimento” acarretou a diminuição da concorrência entre trabalhadores de postos iguais. Por último, o efeito “ocupação”, que se refere ao aumento da renda e, portanto, do consumo, ocasionou um aumento da produção e, consequentemente, do número de empregados. Assim, houve no período 2001-2004 a criação de

quase 250 mil empregos formais no Município de São Paulo. Embora não se saiba exatamente a correlação entre o gasto dos programas sociais e a produção de empregos, é sabido que a transferência de renda eleva o consumo, favorecendo a expansão das atividades econômicas em geral (especialmente o comércio) e da dinâmica do emprego (POCHMANN, 2004b). Contudo, mesmo ocasionando impactos significativos na redução do desemprego, no aumento do número de empregos e no incremento da renda, conclui-se que os programas sociais, embora sejam relevantes, evidentemente não solucionam a questão do desemprego, mas diminuem seus efeitos perversos. O que aponta obstáculos e limites para as políticas sociais municipais concretizadas. Sabe-se que a questão do desemprego é resultante de variáveis complexas que dependem principalmente de iniciativas e decisões de escopo nacional. Tal fato é assumido pela própria Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade, que reconhece as potencialidades, mas também os limites dos programas sociais desenvolvidos pelo município (POCHMANN, 2004b).

O impacto da renda ocasionou uma redução da pobreza no Município de São Paulo em torno de 10%. O percentual de famílias pobres decresceu de 19,4% para 17,6%. Assim, em torno de 188 mil pessoas saíram da condição de pobreza – definida como meio salário mínimo *per capita* – no Município de São Paulo, como decorrência da passagem dos programas sociais. Destaca-se que a diminuição da pobreza foi mais intensa nas periferias da cidade. Existem muitas possibilidades, mas há limitações nos programas sociais municipais realizados. Na falta de maior crescimento econômico nacional e aumento do número de empregos e da renda, as políticas municipais possuem restrições evidentes (POCHMANN, 2004b).

Os programas tiveram impacto na redução das desigualdades de gênero em São Paulo. Em 2001 – considerando-se os 50 primeiros distritos da cidade atendidos pelos programas sociais –, a renda média das mulheres era de 530 reais, e a dos homens, 830 reais, ou seja, a renda feminina equivalia a 63,8% da masculina. Em 2003, o rendimento feminino era de 558 reais contra 851 reais do masculino, ou seja, 65,6% do rendimento masculino. Assim, a diferença entre a renda do trabalho masculino e feminino decresceu 5% (POCHMANN, 2004b).

A educação do município sofreu o impacto dos programas sociais. É sabido que o desemprego dos

pais, muitas vezes, força jovens e mesmo crianças a buscarem algum tipo de ocupação para a manutenção familiar, abandonando a escola. Assim, ao colaborarem para o incremento da renda familiar, os programas sociais contribuíram para a diminuição da evasão escolar e da repetência, bem como para o aumento do número de aprovações na capital paulista (POCHMANN, 2004b).

É importante ressaltar que a prefeitura estabeleceu um perfil dos beneficiários no cadastro dos programas sociais, o Banco do Cidadão. Assim, 74,2% dos beneficiários dos programas sociais eram mulheres, corroborando a tendência de participação da mulher no mercado de trabalho e como responsável pelo domicílio, seja auxiliando nos rendimentos domésticos, seja como provedora familiar. Os portadores de necessidades especiais eram 4,6% dos beneficiários dos programas. Com relação ao estado civil, 55,1% eram solteiros; 36%, casados; 3,4%, separados; 2,4%, divorciados, e 3,1%, viúvos. Com relação à escolaridade 2,5% eram analfabetos; 2,6%, alfabetizados; 31,2% tinham estudado até a 4^a série do ensino fundamental; 38%, entre a 5^a e a 8^a série do ensino fundamental; 25%, ensino médio (completo ou incompleto), e 0,7%, o ensino superior (completo ou incompleto) (POCHMANN, 2004b).

Com relação ao trabalho, a quantidade de desempregados (incluindo aqueles que faziam “bicos” eventuais) chegava a 65,6%. Havia ainda uma minoria de assalariados com carteira (8,2%) e de assalariados sem carteira (3,4%). Contudo, ressalte-se que a maior parte dos beneficiários teve alguma experiência profissional (79,8%); a maioria, no setor de serviços (57,5%), seguida da passagem pelo industrial (21,3%) e pelo comércio (17,2%). Do total de beneficiários, 12,7% já haviam desempenhado alguma atividade por conta própria e 74,1% tinham interesse em exercê-la. Com relação à renda familiar mensal, constatou-se que 13,1% dos participantes recebiam até 130 reais de rendimento; 36,9%, de 130 a 260 reais; 42,3%, de 260 a 520 reais, e 7,1% tinham renda superior a 520 reais. A renda média mensal dos participantes era de 295,72 reais (POCHMANN, 2004b).

2 Considerações finais

O mundo do trabalho apresenta mudanças drásticas e complexas neste começo de século. Mesmo nos chamados países desenvolvidos, um

número considerável de operários se encontra fora do mercado formal de trabalho, permanecendo em empregos precários ou mesmo desempregados. Nos países periféricos do sistema capitalista, como o Brasil, as consequências dessas transformações são ainda mais dramáticas. Para atenuar os graves problemas decorrentes dessas transformações, diversas políticas públicas são elaboradas tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos, com a finalidade de re inserir os excluídos no mercado de trabalho formal, garantindo seus direitos. Tais políticas visam à redistribuição de renda, à geração de novos postos de trabalho – o desenvolvimento econômico – bem como à preparação do trabalhador para que encontre alternativas como o auto-emprego e o trabalho autônomo, ou mesmo à inserção coletiva dos desempregados em cooperativas.

Na cidade de São Paulo, a Prefeitura implementou diversos programas sociais, que envolveram não só a distribuição de renda, mas também diversas alternativas de inserção no mercado trabalhista, tais como o trabalho autônomo e o cooperativismo. Trouxe progresso local, ou seja, gerou novos empregos. Foram criados fóruns de desenvolvimento econômico e social em vários segmentos da economia, e, com a participação de empresários, trabalhadores, governo, elaboradas diversas formas de fortalecimento das cadeias produtivas, principalmente empregos. Apesar de insuficientes para enfrentar o aumento do desemprego, as políticas e os programas sociais introduzidos no Município de São Paulo representaram uma inovação na conquista da cidadania e dos direitos sociais relativos ao trabalho.

Work and public policies

In this article it became evident the importance of the social intervention by formulating public policies, presenting some solutions in order to resolve the crisis of the work society. In this context there were indicated some alternatives trying to work out the labor market. We take as empirical example the city of São Paulo, where was elaborated, during 2001-2004, one of the biggest social program of Brazil, by means of several partnerships.

Key words: Citizenship. Public politics. Social inequalities. Work.

Nota

1 A categoria “exclusão” é alvo de muitas polêmicas. É criticada por diferentes matrizes, seja pelo viés marxista de Martins (1997), que afirma que esta categoria não é explicativa, uma vez que no capitalismo há uma imensa massa de pessoas que esta sempre de alguma forma incluída no mercado, fazendo trabalhos precários, auxiliando a reprodução do capital e, portanto, a produção e a circulação de bens e serviços. Desta forma, seria necessário discutir as formas dessa inclusão social, uma vez que, pelo menos no mercado, todos são de algum modo, incluídos. Já Castel (2000a) afirma, basicamente, que a noção de exclusão naturaliza a questão social, não é sua explicação, ao mascarar os processos que levam às situações de empobrecimento. Sobre a polêmica e as possibilidades da construção da categoria “exclusão”. (OLIVEIRA, 1997).

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- CASTEL, R. As Armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000a.
- _____. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000b.
- GORZ, A. *Misères du present, richesses du possible*. Paris: Galilée, 1997.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: _____. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=85-7559-036-7>.
- _____. Economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Estudos Cebrap* 2. São Paulo: Cebrap, 1972. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_economia_brasileira.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2006.
- OLIVEIRA, L. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 33, fev. 1997.
- OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998.
- PARIJS, P. V. Capitalismo de renda básica. *Lua Nova*, São Paulo, n. 32, 1994.

- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão*. São Paulo: Vozes, 2004a.
- _____. *Políticas de inclusão social: resultados e avaliação*. São Paulo: Cortez, 2004b.
- SPOSATI, A. O. (Org.). *Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento?* São Paulo: Cortez, 1997.
- VALLE, B. Políticas de mercado de trabalho no Brasil: a experiência do PROGER. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998.

recebido em 8 ago. 2007 / aprovado em 30 abr. 2008

Para referenciar este texto:

DOMINGUES JUNIOR, P. L. Trabalho e políticas públicas. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 67-73, 2008.

